

1 **ATA DA CENTÉSIMA SESSAGÉSIMA SEGUNDA ASSEMBLÉIA DO CONSELHO NACIONAL DOS**
2 **DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA - DESCENTRALIZADA**

3 Nos dias treze, quatorze e quinze de maio de 2008 foi realizada a 162ª Assembléia do Conselho Nacional dos
4 Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda – Descentralizada na Cidade do Rio Grande do Norte, para um
5 balanço da implementação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Criança e
6 Adolescente e as perspectivas de sua revisão.. Estiveram presentes os conselheiros titulares: Maria Luiza Moura
7 Oliveira, Conselho Federal de Psicologia; Antônio Pereira da Silva Filho, Federação Nacional dos Empregados
8 em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas; Fábio Feitosa da Silva, União Brasileira de Educação e
9 Ensino; Glicia Thais Salmeron de Miranda Vieira, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Maria
10 Aurilene Moreira Vidal, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski,
11 Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Ariel de Castro Alves, Movimento Nacional de Direitos
12 Humanos; Maria Ignês Bierrenbach, Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente; Raimunda
13 Núbia Lopes da Silva, Central Única dos Trabalhadores; Miriam Maria José dos Santos, Inspetoria São João
14 Bosco / Salesianos; José Ricardo Calza Caporal, Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços; Beatriz
15 Hobold, Pastoral da Criança; Vilmar Burzlaff, Fundação Fé e Alegria do Brasil; Thereza de Lamare Franco
16 Netto, Ministério da Saúde; Eduardo Basso, Ministério da Previdência Social; Leandro da Costa Fialho,
17 Ministério da Educação; Cristina de Fátima Guimarães, Secretaria Especial de Política de Promoção da
18 Igualdade Racial da Presidência da República. Conselheiros Governamentais Suplentes que assumiram a
19 titularidade nesta Assembléia: Solange Stella Serra Martins, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à
20 Fome; Deuzinéa da Silva Lopes, Ministério do Trabalho e Emprego. Tendo em vista as ausências justificadas das
21 representantes da Sociedade Brasileira de Pediatria assumiu a titularidade nesta Assembléia a conselheira Maria
22 Stela Santos Graciani, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Esteve também presente a conselheira
23 suplente Iralda Cassol da Sociedade Literária Caritativa Santo Agostinho. A Assembléia Descentralizada contou
24 com a Pauta que segue: Dia treze: Período da manhã - Visitas Institucionais – restritas ao Conanda; Período da
25 tarde: Filme Anjos do Sol e Leitura Crítica Comentada do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual
26 contra Crianças e Adolescentes. Período noturno: Audiência Pública. Dia quatorze: Período da manhã: Balanço
27 da Implementação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Criança e Adolescente e as
28 Perspectivas de sua Revisão. No dia quinze: Plenária deliberativa das diretrizes e contribuições do Conanda.
29 **Início dos Trabalhos:** No dia treze no período da manhã, na Sede do Conselho Estadual dos Direitos da Criança
30 e do Adolescente o Conanda se reuniu com o Conselho Estadual onde foram feitas as devidas apresentações com
31 os votos de boas vindas pelo Conselho Estadual. Em seguida, os conselheiros do Conanda se dividiram em seis
32 grupos para visitas institucionais, tendo sido visitados os seguintes locais: **Grupo 1:** Adote, Ceduc Esperança –
33 Medida Socioeducativa de Semiliberdade, Cpsad e Ciad – Centro Integrado de Atenção ao Adolescente Autor
34 de Ato Infracional, Ministério Público, Delegacia Especializada do Adolescente, Entidade de Internação
35 Provisória e Pronto Atendimento; **Grupo 2:** Ceduc Pitimbu – Media Socioeducativa de Internação, Conselho
36 Tutelar Sul, Casa Comunitária Pirangi (Entidade de Acolhimento); **Grupo 3:** Ceduc Mossoró/RN – Medida de
37 Internação Pós Sinase e outras instituições de âmbito local; **Grupo 4:** Casa de Passagem Menino Jesus, Creas e
38 Varas da Infância e da Juventude; **Grupo 5:** Casa Renascer, Fórum Estadual DCA, Delegacia de Proteção à
39 Criança e ao Adolescente-DCA e Casa do Menor Trabalhador; **Grupo 6:** Dom Bosco, Ceduc Pe. João e Maria –
40 Medida Socioeducativa de Internação Feminina e Cras. Dando prosseguimento a Pauta de trabalho, no período
41 da tarde, na Assembléia Legislativa do Estado, com a presença dos Presidentes do Conanda, e do Conselho
42 Estadual dos Direitos /RN, da Senhora Coordenadora do Comitê de Enfrentamento da Exploração Sexual
43 Infanto-Juvenil, Neide Castanha, do Senhor Secretário Executivo do Conanda, Benedito, Conselheiros do
44 Conanda, conselheiros estaduais e municipais dos direitos e conselheiros tutelares do Estado do Rio Grande do
45 Norte, Conselheiros Estaduais do Estado de Pernambuco, do Pará e outros, para avaliação crítica do Plano
46 Nacional de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescente. Inicialmente foi
47 proposta a substituição da exibição do filme Anjos do Sol pela Curta Metragem do Cineasta Cearense intitulada
48 “Vida Maria” e em seguida a avaliação do Plano. A Presidente do Conanda agradeceu a todos ressaltando a
49 importância da receptividade do Conselho naquele Estado, impulsionando-o a enfrentar a luta sobre a violação
50 dos direitos da criança e do adolescente. Com relação ao Plano, destacou que o mesmo fora aprovado há oito
51 anos atrás, daí a importância de se fazer uma reflexão sobre a sua execução. O Presidente do Conselho Estadual
52 destacou na sua fala a importância das visitas realizadas pelo Conanda, alegando que as mesmas poderão
53 contribuir para debater o assunto, tomar as decisões necessárias e quebrar o ciclo da repetitividade, como
54 demonstrou o filme Vida Maria. O Secretário Executivo do Conanda destacou que no Plano Nacional não havia
55 recorte de raça, religião e de gênero, bem como não definia metodologia para Políticas Públicas. Ressaltou a
56 necessidade de contextualização do mesmo com os aspectos de outros eixos como, por exemplo, o recorte de
57 gênero. A Senhora Neide Castanha abordou a questão da introdução histórica que era a primeira Carta de Natal,
58 considerada parte integrante do Plano Nacional, bem como os deveres e as responsabilidades dos órgãos
59 parceiros. Apresentou um breve resumo da revisão do Plano, feita em dois mil e sete pela Coordenação Geral do

60 Comitê de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, em parceria com a SPDCa e a Comissão
61 Intersetorial da SEDH/SPDCa, notadamente ligada ao Combate ao Tráfico de pessoas, e sobre os mecanismos
62 do modelo de gestão, avaliação e controle bem como, definiu a metodologia de trabalho da revisão do Plano. A
63 Senhora Neide apontou dois resultados importantes sendo o primeiro a ligação com o movimento global e o
64 segundo, a socialização da rede de enfrentamento. Em seguida, fez uma breve retrospectiva da Comissão
65 Colegiada do Comitê, destacando a importância de se levantar as questões operativas do Plano no tocante à
66 análise dos eixos tais como: análise da situação, mobilização e articulação, defesa e responsabilização,
67 atendimento, prevenção e protagonismo infanto-juvenil, para saber se eles configuram como uma política
68 pública. Abordou ainda a questão financeira do Plano. Em seguida, apresentou o cronograma para a revisão,
69 conforme segue: a) Realização de cinco encontros e seis seminários até o mês de agosto de dois mil e oito; b)
70 Conclusão da revisão prevista para o mês de agosto; c) Envio do documento ao Conanda no mês de setembro de
71 dois mil e oito. **Debate:** A Presidente do Conanda, Senhora Maria Luiza, falou da importância da construção
72 conjunta do Plano. A Presidente do Conselho Estadual de Pernambuco informou que o Estado estava avaliando o
73 Plano Estadual e que haveria um Seminário Estadual para contextualização do Plano e que, a proposta daquele
74 Estado era de um Plano Decenal. A conselheira Miriam considerou que no Plano deveria constar um trabalho
75 mais efetivo com as famílias e questionou se havia interface do Plano Nacional de Enfrentamento com o Plano
76 Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. O Secretário Executivo Benedito destacou quais as
77 reformulações necessárias no Plano e no Comitê. A Conselheira Maria Ignês disse que o Plano havia avançado
78 de forma significativa no que se referia a mobilização, mas que era necessário avançar em termos de
79 comunicação e que era importante à quantificação também. Destacou ainda, que era preciso ter informações
80 sobre a gestão deste Plano. A conselheira Solange abordou o acúmulo de experiência, de quase uma década,
81 propondo inserir no Plano as ações estratégicas bem como, envolver as diversas políticas na reelaboração do
82 Plano além de comprometer de fato com a sua execução. O conselheiro Ricardo Caporal complementou
83 solicitando que o mesmo fosse estruturado para o futuro. A Senhora Neide considerou este momento de extrema
84 importância, informando que no ano de dois mil e cinco havia ocorrido mal entendido entre o Comitê e o
85 Conanda ocasionado por falta de tempo para revisão do Plano. Informou ainda que o Comitê não dispunha de
86 Banco de Dados, porém que haviam sido mobilizados mil e seis municípios para as ações do dia dezoito de
87 maio. Esclareceu que a Comissão Colegiada era composta de vinte e oito representantes, com reuniões
88 trimestrais. Informou que no Comitê haviam três membros natos, sendo eles: Fórum Nacional DCA; Conanda e
89 Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares. Finalizando, a Senhora Neide se comprometeu entregar
90 ao Conanda as linhas de ações sobre a estruturação do Plano. A Presidente do Conanda agradeceu a presença da
91 Senhora Neide Castanha pela apresentação dos Trabalhos. **Audiência Pública:** Às dezoito horas nas
92 dependências da Assembléia Legislativa do Estado – Palácio José Augusto, deu-se início a Centésima
93 Sexagésima Segunda Assembléia do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente –
94 Descentralizada, com a Audiência Pública sobre o tema “A Violência e Exploração Sexual contra Crianças e
95 Adolescentes e o Plano Nacional de Enfrentamento por uma Visitação Estratégica Propositiva”. O Presidente do
96 Conselho Estadual dos Direitos, Manoel Onofre fez a abertura dos Trabalhos informando que havia no recinto
97 um quadro para pintura coletiva dos interessados para ficar registrado nos Anais a passagem do Conanda naquele
98 Estado. A Mesa de abertura foi composta pela Presidente do Conanda Maria Luiza, pelo Presidente do Conselho
99 Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente /RN, Manoel Onofre, e pelas seguintes autoridades locais:
100 Governadora do Estado, Professora Vilma Maria de Farias, Presidente da Assembléia Legislativa Deputado
101 Estadual Robson Mesquita de Faria; Vice Presidente da Assembléia Legislativa e Presidente da Frente
102 Parlamentar Márcia Maia, Presidente do Tribunal de Justiça Osvaldo Cruz Soares, Procuradoria Geral de Justiça,
103 representada pela Procuradora Maria Auxiliadora, Representante do Prefeito Municipal, Senhora Vilma
104 Sampaio, Gimena Djauara Nunes, Coordenadora do Fórum Nacional DCA e Patrício Fuentes, Representante do
105 Unicef. Foram registradas as presenças dos Deputados Estaduais: Lavoisier Maia e Larissa Rosado, da
106 Presidente da Fundac, Maria das Graças, conselheiros do Conanda, do Conselho Estadual / RN, Pernambuco e
107 Pará, Conselheiros municipais, conselheiros tutelares, gestores Estaduais e municipais e operadores dos direitos,
108 numa média de 300 pessoas. Inicialmente foi executado o Hino Nacional e em seguida, o Presidente do Conselho
109 Estadual e anfitrião do evento Manoel Onofre, cumprimentou as autoridades presentes, os conselheiros dos
110 direitos nacional, estaduais, municipais e tutelares e demais operadores dos direitos, enfatizando que os
111 conselhos eram a expressão maior da democracia e que era uma honra muito grande receber o Conselho
112 Nacional naquele Estado. Com relação à Temática a ser debatida informou que o Estado do Rio Grande do Norte
113 era o sexto Estado com maior número de denúncias sobre o abuso e a exploração sexual de crianças e
114 adolescentes, considerando positivas as denúncias por parte da comunidade. Ressaltou também o trabalho que o
115 Estado estava desenvolvendo no tocante a capacitação de professores e outros profissionais para o enfrentamento
116 do problema. Por fim, ressaltou as ações concretas que estavam sendo realizadas com a institucionalização de
117 uma Vara para escuta diferenciada das crianças e adolescente e o envolvimento dos poderes executivo, judiciário
118 e legislativo nessa articulação. A Presidente do Conanda, Maria Luiza, cumprimentou a todos falando da
119 satisfação do Conanda em ser muito bem recebido, considerando um marco importante para o Estatuto, para o

120 Conanda, para o Fórum Nacional DCA por estarem desenvolvendo ações concretas. Falou também do
121 nascimento do Plano Nacional aqui em Natal há oito anos atrás. Em seguida, convidou a conselheira do Conanda
122 Thereza de Lamare para ler a Primeira Carta de Natal. Prosseguindo, a Deputada Estadual Márcia Maia falou da
123 preocupação da Frente Parlamentar que era de colaborar no enfrentamento da violência Sexual de crianças e
124 adolescentes e que não era apenas trazer o debate, mas, estar influenciando nas questões do orçamento, alegando que
125 na gestão da atual governadora o orçamento do Conselho Estadual havia dobrado bem como havia uma emenda
126 parlamentar para efetivar o Plano Estadual de enfrentamento. O Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado
127 Robson Faria abordou a importância da discussão do tema e que a Assembléia havia lançado o debate
128 permanente com a sociedade civil do Rio Grande do Norte, além do lançamento da Frente Parlamentar naquela
129 Casa. Parabenizou o mentor do evento Manoel Onofre e a confiança em buscar aquela casa para realização do
130 evento. A Governadora Wilma de Faria cumprimentou a todos na pessoa do Presidente do Conselho Estadual,
131 bem como dos demais conselheiros. Ressaltou a importância em discutir um tema de grande importância e
132 envolver a sociedade alertando-a para a missão que todos devem desempenhar. Que os Deputados também
133 fossem envolvidos nesta temática e não só as mulheres. Destacou o Primeiro Código de Conduta do Pair, criado
134 no ano de dois mil e um, na cidade de Natal. Disse estar preocupada com o crescimento do Estado e
135 conseqüentemente, o aumento dos problemas pois era um Estado que atraía muitos turistas e também as mazelas.
136 Deu as boas vindas a todos dizendo que o Estado estava atento para os problemas existentes. Falou que a
137 sociedade precisava ajudar na divulgação maciça bem como fazer o controle social e denunciar as mazelas. A
138 Senhora Governadora destacou ainda o Programa de qualificação para jovens vítimas da exploração em parceria
139 com as empresas por meio das Secretarias do Trabalho e do Turismo. Falou também sobre a participação do
140 orçamento público por meio do Sistema único da Assistência Social – SUAS, premiando os municípios que se
141 engajassem nesta luta por meio do co-financiamento. Por fim, propôs fazer apelos na televisão, jornais e outros
142 veículos de comunicação, para apresentarem as coisas boas que estavam sendo feitas e os bons exemplos,
143 inclusive propôs que as novelas mostrassem os bons exemplos e não só as coisas ruins. Neste momento se desfez
144 a Mesa de abertura e composta nova Mesa com a participação dos Presidentes do Conanda, do Conselho
145 Estadual dos Direitos, da Coordenadora do Comitê Nacional de Enfrentamento, Senhora Neide Castanha, da
146 Coordenadora do Fórum Nacional DCA Senhora Gimena, da Representante do Comitê Estadual, Senhora
147 Saionara e do Palestrante Renato Rosendo. Iniciando a Audiência, o Senhor Renato cumprimentou a todos e
148 abraçou simbolicamente as crianças e jovens presentes. Lembrou os dias alvissareiros do ano dois mil, pela
149 responsabilidade em enfrentar o problema. Em seguida fez uma retrospectiva da criação do Plano Nacional e o
150 desafio de assumir a questão da violência sexual. Ele refletiu sobre: **1) Dimensão do tempo:** Fez uma
151 retrospectiva desde a abolição e todas as escravidões existentes, lembrando que hoje treze de maio se
152 comemorava os cento e vinte anos do fim da escravidão no país. Disse que a Carta de Natal havia assumido a
153 articulação em forma de direitos; **2) Mudança de sentido;** **3) Direitos sexuais:** São direitos humanos de
154 crianças e adolescentes. Ressaltou que houve muitos avanços, mas não se conseguiu integrar o Estado Aparelho
155 nas violações dos direitos. Para o palestrante, não houve um movimento agregador em relação ao Plano
156 Nacional. Disse que as perspectivas agregadoras e integradoras eram que a criança e o adolescente pudessem ter
157 a proteção integral. Citou como exemplo de desafio agregador saber como os Planos Nacionais integravam
158 saberes e um reposicionamento estratégico do Plano Nacional. O palestrante encerrou sua fala dizendo que “A
159 violência é uma vida de aprisionamento” e que não era necessário acabar com a escravidão, mas com a obra da
160 escravidão. A Senhora Neide Castanha parabenizou o palestrante pela sua militância na área dos direitos da
161 criança e do adolescente e pelo resgate da luta pelos direitos humanos da criança e do adolescente. Enalteceu o
162 significado dado no que tange a formação da militância nesta área, e o resgate da Carta de Natal, levando-os a
163 compreender o tecido social por ele citado. Citou a fundamental participação da Senhora Rita Hipólito na
164 compreensão do Plano Nacional e a capacidade de se recolocar a criança e o adolescente na sua condição.
165 Ressaltou como importante o grande desafio da revisitação do enfrentamento da violência sexual. Ressaltou
166 também, que a diretriz estratégica era a educação sexual, onde a mesma pudesse garantir a expressão da
167 liberdade, autonomia e responsabilidade. Ressaltou que o paradigma para a construção de uma política era
168 assegurar os direitos humanos e sexuais para a criança e o adolescente, sujeitos de direitos. A representante do
169 Comitê Estadual de Enfrentamento de Natal /RN, Senhora Saionara destacou que a construção do Plano se deu
170 por meio de um projeto financiado pelo Unicef, mas que existiam muitos desafios a serem vencidos, diante do
171 número de denúncias, onde o Estado encontrava-se em quinto lugar. Ressaltou a necessidade de se pensar em
172 ações mais concretas e efetivas e que era importante não perder o eixo da prevenção. Disse que não se podia
173 pensar no fortalecimento do Plano Nacional sem haver uma grande mobilização. Finalizou sua Fala alegando
174 que a violência sexual era uma negação dos direitos humanos da criança e do Adolescente. **Debate: 1)**
175 **Anderson:** Manifestou-se dizendo que não adiantava tratar de crianças e adolescentes se não tratasse dos seus
176 direitos sexuais. Que era preciso formar os jovens para que os mesmos pudessem ser formuladores das políticas
177 e que o “protagonismo juvenil” era, formar politicamente os adolescentes para que eles fossem os articuladores
178 desses jovens; **2) Pasteli/CMDCA:** Abordou a questão das meninas que se prostituem em função da renda.
179 Informou que essas meninas recebem na faixa de três a quatro mil reais por mês, e que era preciso ações de

180 resgate da auto-estima; 3) Graça / Movimento dos Negros: Ressaltou sobre a necessidade do Plano sair do Papel.
181 O senhor Renato fez um breve esclarecimento sobre o complexo capitalista burguês, onde o corpo é o mais
182 utilizado no mundo contemporâneo no mercado do sexo. Diante disso era preciso que as meninas reinventassem
183 o seu futuro com o direito da recusa de vender o seu corpo; 4) Geraldo/Fórum Nacional DCA: Fez uma auto
184 reflexão sobre os direitos humanos à sexualidade, questionando qual era a faixa etária estabelecida. Questionou
185 ainda como dar autonomia para assumir a responsabilização se ainda não tiver dezoito anos? Questionou
186 também, como estava a execução do Plano Nacional de convivência familiar e comunitária?; 5) Felipe
187 Anderson/Suécia: Ressaltou a questão do Turismo Sexual. Para ele, as autoridades deveriam ser mais rigorosas
188 com os turistas e distribuir mais materiais relativos ao tema. Destacou que as operadoras “camuflavam” o
189 turismo responsável; 6) Muiú: Prestou homenagem ao Pe. Sabino por ter sido um grande batalhador nesta área.
190 Ressaltou a importância do protagonista que era o adolescente;.7) Chiquinho/Conselheiro tutelar: Abordou a
191 questão do orçamento, da estruturação e da formação; Alertou que há vinte e sete anos estavam fazendo a
192 inclusão social, que era preciso ter uma atitude mais ativa. Sobre os questionamentos apresentados o Senhor
193 Renato respondeu que o direito da autonomia estava no direito da recusa e que esses direitos estavam inscritos
194 nos direitos humanos sobre a sua sexualidade. Agradeceu a oportunidade do debate e de rever os conselheiros do
195 Conanda. A Senhora Neide ressaltou, que naquele debate começava a desenhar os primeiros elementos do que se
196 queria tratar no Plano Nacional. Encerrando, elogiou o Conanda pelo avanço neste debate. A Presidente do
197 Conanda, disse que debater a sexualidade era olhar para os valores e a existência de cada um e de como lidar
198 com a sexualidade. Finalizando, agradeceu aos participantes da Mesa e da platéia. No dia quatorze no período da
199 manhã deu-se início ao Balanço da Implementação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual
200 Contra Criança e Adolescente e as Perspectivas de sua Revisão e a instalação da 162ª Assembléia Ordinária do
201 Conanda - Descentralizada. **Composição da Mesa:** A Mesa foi composta pela Presidente do Conanda, pelo
202 Presidente do Conselho Estadual/RN, pelo Secretário Executivo do Conanda, pela Representante do Comitê
203 Estadual de Enfrentamento, Saionara Dias e pela consultora Rita Hipólito. Antes do início dos trabalhos foi
204 reapresentado o filme de curta duração “Vida Maria”. Posteriormente, a consultora Rita Hipólito falou do Plano
205 após seus oito anos de implantação. Disse que os primeiros questionamentos surgiram no ano de mil novecentos
206 e noventa e três e que a partir dali surgiu o posicionamento político. Foram realizadas pesquisas sobre histórias
207 de vidas e intervenções que permitiram uma análise e compreensão do problema. Falou da importância e da
208 urgência de uma ação integrada, da qualificação e formação para intervenção do problema, o cuidado com as
209 famílias, a rede de proteção, a potencialização da rede e sobre a qualificação dos serviços. Com relação à
210 intervenção, a consultora falou sobre a necessidade da adoção de um modelo que envolvesse toda a rede de
211 serviços e a imediata responsabilidade. Falou ainda sobre a necessidade de se elaborar projetos articulados de
212 proteção. Para ela geralmente os projetos são fragmentados. Citou a necessidade de se ter uma visão sistêmica do
213 problema e de como enfrentar a violência sexual de crianças e adolescentes. Informou que nos novecentos e
214 vinte e sete municípios brasileiros que apresentam denúncias de exploração infanto-juvenil era possível apontar
215 uma relação direta entre a exploração e a evasão escolar. Ressaltou a importância de se investir nos municípios
216 para o monitoramento das políticas e banco de dados a fim de ter à dimensão do problema. Destacou que
217 infelizmente não era feita uma análise profunda destas questões. Para ela, o Plano fortaleceu o debate das
218 políticas nos municípios, porém, nos debates não se falava de sexualidade mas de violência sexual. Havia
219 necessidade de melhorar a política de ação integrada e criar uma política de prevenção contra a violência, bem
220 como, trabalhar o dados e as parcerias. Outro ponto abordado foi a necessidade de se criar ambientes que
221 acolham as crianças como prevenção da violência sexual. Citou a educação como o ponto nevrálgico da defesa
222 ao abuso sexual, e a escuta como o grande instrumento pedagógico. O Secretário Executivo do Conanda
223 Benedito dos Santos considerou o Plano muito bom, porém, com muitos problemas de execução. Falou sobre o
224 Livro de sua autoria sobre a “Exploração Sexual Infanto-Juvenil: Uma Análise de situação”, onde ele faz um
225 balanço da implementação do Plano. Citou alguns pontos tais como: o que cada área tinha contribuído, qual era a
226 natureza do Plano, divergências conceituais nas equipes, etc. Para o Senhor Benedito não dava mais para
227 construir Planos isolados, mas sim construir políticas Públicas. Ressaltou que o Plano Nacional foi importante
228 naquele momento, mas que agora era preciso inserir políticas de atendimento. Citou a experiência de Goiânia
229 sobre a criação de um programa com a participação de vários segmentos. A Representante do Comitê Estadual,
230 Saionara, informou sobre a avaliação do Plano Estadual no tocante ao eixo da prevenção relacionado ao Turismo
231 sexual. Disse que os municípios do Estado participaram da elaboração do Plano Estadual e sobre a análise da
232 situação destacando os avanços, mapeamento, desafios, atendimento, etc. No que tange aos avanços citou a
233 implementação de Creas em vinte e três municípios, implementação do Pair, implementação do Programa
234 Tráfico de Seres Humanos. No que tange aos desafios, citou as ações articuladas e a formação contínua dos
235 atores sociais. A Senhora Saionara apresentou um balanço completo de todos os eixos do Plano Estadual com os
236 seus avanços e desafios. O Presidente do Conselho Estadual, Manoel Onofre disse que os Conselhos nunca
237 haviam assumido este tema e que não havia integração efetiva dos mesmos com o Plano Nacional. Ressaltou a
238 necessidade de empoderamento dos Conselhos Municipais para inserir os Planos Municipais como ação efetiva
239 do Plano de Ação dos Conselhos. Informou sobre os resultados de uma pesquisa feita nos Conselhos Municipais

240 daquele Estado, onde demonstrou que sessenta e cinco por cento dos mesmos na tinham Plano de Ação e que
241 apenas um terço dos Conselhos realizavam monitoramento. Outra questão importante da pesquisa foi a falta de
242 conhecimento e de planejamento dos Conselhos Municipais. Alertou para que o Conanda verificasse quais as
243 conseqüências da implantação do Plano Nacional. No período da tarde os participantes se reuniram para
244 discussão em grupo do Plano por eixos temáticos, onde deveriam ser abordados o papel, as diretrizes e as
245 contribuições do Conanda para a revisão do Plano Nacional, tendo como coordenador de cada grupo um
246 conselheiro do Conanda. No dia quinze, no período da manhã, foram apresentados pelos coordenadores dos
247 cinco grupos temáticos os resultados dos trabalhos do dia anterior, cujos conteúdos deram origem à "Segunda
248 Carta de Natal" A Carta foi lida na íntegra e aprovada com sugestões e correções pertinentes pelos participantes
249 do evento conforme segue: "CARTA DE NATAL DE 2008" A 162ª. Assembléia Ordinária e Descentralizada
250 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda, realizada nos dias treze,
251 quatorze e quinze de maio de dois mil e oito, em Natal/RN, convocada com o objetivo de discutir a temática da
252 violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de realizar uma visita estratégica
253 e propositiva ao Plano Nacional de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra Criança e
254 Adolescente, a qual contou com seus membros efetivos e suplentes e a participação de diversos integrantes do
255 sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente do Rio Grande do Norte e de outros Estados;
256 Considerando que o referido Plano teve sua deliberação no ano de 2000, na Capital Potiguar e que, decorridos 8
257 (oito) anos, sua implementação requer uma revisão de percurso e adequação dos seus eixos, a Assembléia em
258 consonância com os debates, consultas e discussões procedidos recomenda que seja observado no processo de
259 revisão do "Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual infanto-juvenil" os seguintes aspectos:
260 Que o Plano contemple a natureza de políticas públicas e esteja organicamente inserido no conjunto das políticas
261 integrais de promoção dos direitos de crianças e adolescentes; Que as diversas formas de violências contra a
262 criança e o adolescente estejam contempladas no Plano, observando-se as especificidades de cada uma das suas
263 modalidades, bem como questões atinentes à idade, gênero, raça/etnia, orientação sexual e outras; Que os
264 variados conceitos referentes à problemática da violência contra a criança e adolescente sejam claramente
265 explicitados no documento e a finalidade das intervenções e objetivos; Que seja realizada uma análise de
266 situação contemplando uma avaliação de impacto do atual Plano, bem como dos valores investidos na sua
267 implementação; Que precedentemente se efetue estudo de viabilidade orçamentária e operacional da proposta de
268 modificação do Plano, e a conseqüente inclusão nas peças orçamentárias, logo em seguida à sua aprovação pelo
269 Conanda; Que no marco das suas diretrizes o exercício da sexualidade, no seu sentido amplo, seja concebido
270 como direito humano de crianças e adolescentes; Que o Plano aponte o eixo da promoção dos direitos da Criança
271 e Adolescente e da prevenção como prioritário e a família e a convivência familiar e comunitária como foco
272 privilegiado por intermédio de campanhas e ações contínuas e articuladas com a rede, para além do dia 18 de
273 maio, observando-se as realidades locais, e que também promovam o empoderamento de crianças e adolescentes
274 para sua auto-defesa; Que a efetividade das políticas sociais básicas seja considerada elemento primordial e
275 destacado na prevenção da violência contra crianças e adolescentes, com ênfase nas políticas de caráter
276 redistributivo de renda e de superação de todas as formas de desigualdades; Que os Conselhos de Direitos sejam
277 instados a realizar análise situacional do fenômeno da violência, privilegiando as metodologias de diagnósticos
278 participativos que envolvam os operadores do sistema e comunidade, incluídos a família e as crianças e
279 adolescentes; Que os sistemas de informação sejam implantados e efetivados de forma integrada, dentre eles o
280 SIPIA, otimizando o papel de diagnóstico e orientador da formulação das políticas públicas; Que as ações de
281 enfrentamento, de capacitações e de divulgação alcancem os municípios, e o Plano preveja, ainda, a elaboração
282 dos respectivos Planos estaduais, municipais e distrital com apoio das instâncias Estaduais, em sendo o caso, e
283 Nacional, assegurando-se capacitação conjunta, em algumas situações, e de forma continuada dos operadores do
284 sistema de garantia; Que a ampliação dos serviços especializados de atendimento às crianças e adolescentes
285 vítimas de violência estejam previstos no Plano, com a previsão de varas e suas respectivas equipes técnicas
286 interdisciplinares, promotorias, defensorias, delegacias e equipamentos de segurança pública, em sintonia com a
287 rede de proteção, inclusive com a previsão de alternativas de depoimentos especiais e outras estratégias
288 objetivando a proteção da criança contra possíveis revitimizações, inclusive, ações voltadas ao autor da
289 violência; Que o atendimento, processos e procedimentos referentes à violência contra crianças e adolescentes
290 tenham absoluta prioridade em relação aos demais, devendo o monitoramento no que diz respeito aos
291 encaminhamentos e requisições ser uma constante nas práticas institucionais, inclusive como estratégia de
292 quebra do ciclo da impunidade; Que a legislação competente seja aperfeiçoada com o objetivo de abranger
293 fenômenos emergentes em relação à criminalidade contra a criança e o adolescente, em especial no ambiente
294 virtual, bem como para responsabilizar, de maneira exemplar, os intervenientes na exploração sexual comercial
295 de crianças e adolescentes; Que ações de constituição e fortalecimento da rede de proteção das crianças e
296 adolescentes prevejam a ampliação do leque de parcerias estratégicas para incluir universidades, entidades de
297 classes, sindicatos, empresários e outros, além dos atuais operadores do sistema de garantia de direitos e
298 ativistas; Que a coordenação do processo de revisão do Plano seja do Comitê Nacional de Enfrentamento à
299 Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência

300 da República, por meio da Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e
301 Adolescentes, formalizada por decreto presidencial em outubro de 2007, tendo como interlocutores privilegiados
302 o Fórum Nacional DCA, incorporando-se as contribuições dos variados segmentos sociais e instituições durante
303 o processo de revisão já instaurado, sem prejuízo de outras sugestões a serem produzidas nos espaços legítimos
304 de discussão; Que os Conselhos de Direitos sejam legitimados como instância formal e legal de deliberação das
305 diretrizes de políticas para crianças e adolescentes, reafirmando orientação contida na carta de Natal de 2000 e
306 outros instrumentos legais. Natal, 15 de maio de 2008. No décimo oitavo aniversário do Estatuto da Criança e do
307 Adolescente. Assina: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Informes:** 1) A conselheira
308 Júlia Deptulski informou sobre o V Encontro de Educação Social que será realizado em Olinda – PE, no mês de
309 novembro de dois mil e oito, com a participação de mil e duzentas pessoas; 2) A conselheira Solange informou
310 sobre a aprovação (por maioria) pela Câmara dos Deputados de dois Projetos de Leis, sendo um, sobre o
311 adolescente onde **o juiz não irá considerar a extinção da medida após o adolescente completar os dezoito**
312 **anos.** Caso ele venha cometer nova infração ele não será considerado réu primário, mas sim irá considerar os
313 atos infracionais que ele já cometeu? O segundo é sobre a condenação penal punindo os agressores por crimes
314 sexuais, de autoria da Deputa Maria do Rosário. Foi informado ainda que o Conselho Nacional de Justiça havia
315 alterado o Estatuto da Criança e do Adolescente, autorizando que adolescentes saiam do país sem autorização da
316 justiça; 3) Foi informado sobre a criação do Dia do Educador Social do Ceará (posteriormente será enviada
317 programação para conhecimento de todos); 4) O Secretário Executivo do Conanda: informou sobre o Terceiro
318 Congresso Mundial sobre Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes no dia dezoito de maio, na cidade
319 do Rio de Janeiro. O Congresso Mundial será realizado no mês de novembro do corrente ano também na cidade
320 do Rio de Janeiro. Informou também que no dia doze de junho de dois mil e oito será comemorado o “Dia
321 Nacional do Combate ao Trabalho Infantil” e que nesta data será assinado pelo Presidente da República Decreto
322 Presidencial dando visibilidade da Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil; Informou ainda, que o Conanda
323 estava fazendo uma conclamação nacional para a comemoração dos dezoito anos do Estatuto da Criança e do
324 Adolescente no dia treze de julho de dois mil e oito, propondo que neste dia houvesse audiências públicas nas
325 Assembleias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores de todos os Estados em comemoração aos dezoito anos
326 do ECA. 5) Os conselheiros tutelares do nordeste prestaram homenagens à conselheira tutelar ? que fora
327 assassinada no cumprimento de seu trabalho. Em seguida foi passado um vídeo retratando a situação de miséria,
328 violência, fome, etc. de crianças e adolescentes e apresentada uma peça de teatro pelos adolescente do Centro de
329 Internação Provisória do Estado. Finalizando, a Senhora Presidente do Conanda agradeceu ao Conselho Estadual
330 pela organização e condução do evento e o Senhor Presidente do Conselho Estadual, Senhor Manoel Onofre
331 encerrou os trabalhos agradecendo ao Conanda pela realização da Assembleia Descentralizada e aos demais
332 participantes do evento. Para constar, esta ata após lida e aprovada será assinada pela Senhora Presidente.
333
334
335
336
337
338

Maria Luiza Moura Oliveira
Presidente